

V Encontro Nacional da Anppas
4 a 7 de outubro de 2010
Florianópolis – SC – Brasil

Problemas de Urbanização e Gestão Territorial na Reserva Extrativista do Alto Juruá, Acre

Roberto Sanches Rezende (Universidade Estadual de Campinas)
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
robertorezende@gmail.com

Resumo

Trata-se de analisar um processo de adensamento populacional nas margens dos rios da Reserva Extrativista do Alto Juruá. Levando em considerações fatores econômicos, políticos e também planos de vida dos moradores, a pesquisa buscou compreender a urbanização da *vila Restauração*, uma comunidade que nos últimos quinze anos aumentou bruscamente de tamanho, passando de quinze casas em 1995 para cento e vinte casas em 2009, e as consequências dessas urbanização para a gestão territorial da unidade de conservação.

Palavras-chave

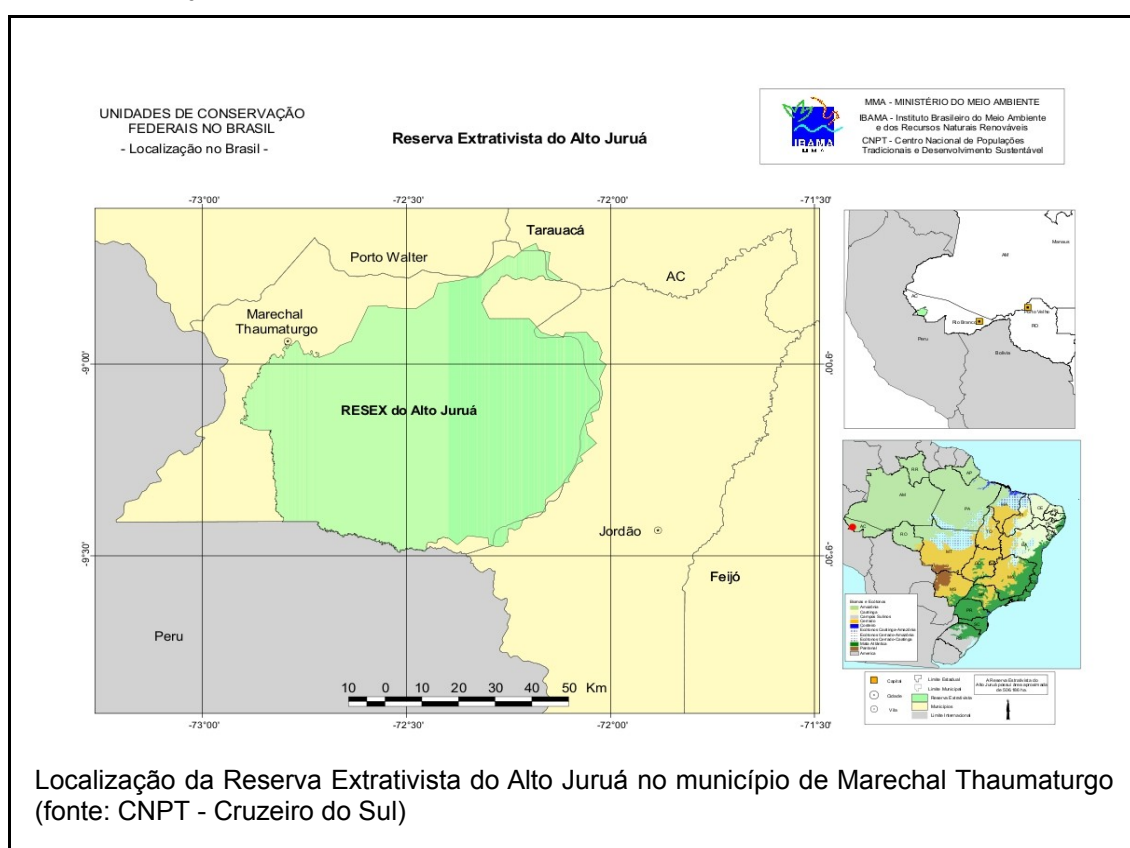
Seringueiros – condições sociais; Urbanização; Seringueiros – Juruá – Rio; Políticas Públicas

Introdução

Este trabalho tem por objetivo apresentar um caso empírico de gestão territorial e de recursos naturais em uma unidade de conservação na Amazônia frente a um processo de urbanização de certas áreas e abandono de outras¹. Procura-se entender, a partir de um caso empírico, como a gestão local de recursos depende de distintos fatores como modos de uso, densidade populacional, apoio governamental e políticas públicas coordenadas para ser bem sucedida.

A Reserva Extrativista do Alto Juruá

A Reserva Extrativista do Alto Juruá (REAJ) é uma Unidade de Conservação nacional, localizada no extremo oeste do estado do Acre². Trata-se da primeira Reserva Extrativista a ser reconhecida legalmente, tendo sido criada através de decreto presidencial em 23 de janeiro de 1990 (Decreto nº 98.863 de 23 de janeiro de 1990)³. Como em outras modalidades de Unidade de Conservação



¹A pesquisa agora apresentada é resultado de pesquisa de dissertação de mestrado em Antropologia Social, defendida em maio de 2010 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (REZENDE, 2010). Muitas questões aqui apenas apresentadas estão detalhadas na dissertação.

² Fazem divisa com a Reserva Extrativista a quatro terras indígenas: Ashaninka do rio Amônia, Ashaninka-Kaxinawá do rio Breu, Jaminawa-Arara do rio Bagé e Arara do rio Amônia, esta última ainda aguardando a homologação.

³ Reservas Extrativistas são definidas como espaços territoriais destinados à exploração e gestão autossustentável para a conservação dos recursos naturais renováveis conduzidos por populações tradicionais. O interesse na criação destas reservas não está relacionado somente com a conservação destes recursos, mas apresenta-se como uma proposta mais ampla de desenvolvimento sustentável associado à melhoria da qualidade de vida da população local. A população residente possui o usufruto do território da Reserva e de seus recursos vinculados a uma determinada forma de uso caracterizada pelo seu uso tradicional de baixo impacto ambiental, sendo, portanto, legalmente responsável pela gestão dessa área de conservação.

nacionais, a utilização dos recursos naturais desta área deve ser pautada pelas regras previstas na legislação ambiental e, além disso, respeitar dois princípios fundamentais que estiveram na base da criação das Reservas Extrativistas: a conservação da natureza e a melhoria de vida das populações que residem nestas áreas.

A REAJ se estende por uma área de 506.186 hectares e, segundo dados do CNPT⁴, de 2005, habitavam na Reserva cerca de 4600 pessoas, distribuídas em mais de 1100 casas. Estes dados apontam para uma densidade populacional média de menos de um habitante por quilometro quadrado⁵.

A história de criação da Reserva passou por momentos diversos, iniciando-se na migração de nordestinos para a Amazônia ocidental, passando pelo sistema de produção e trabalho dos seringais, pela luta do movimento sindical no Vale do Juruá, pela inclusão das causas ambientais na luta dos seringueiros e, por fim, chegou-se à proposta de Reserva Extrativista, um modelo diferenciado de ocupação do território e utilização dos recursos naturais.

Desde a chegada dos primeiros migrantes, ainda em fins do século XIX, os moradores do Alto Juruá desenvolveram um modo de vida que extrapolava a extração de seringa e que incluía atividades plurais, dentre elas, outras formas de extrativismo e pequena agricultura, se tornando, dessa maneira, “camponeses da floresta” (ALMEIDA, 1992). Ainda hoje muitos moradores vivem de acordo com esse modo de vida plural, em suas colocações espalhadas pelos diversos rios e igarapés. Na última década, no entanto, uma tendência de mudança entrou em curso na Reserva e tem levado ao surgimento de focos de urbanização dentro da floresta. Concentrando a análise principalmente na região do Alto Rio Tejo, este trabalho tem por objetivo demonstrar, com dados sobre o cotidiano dos moradores e com histórias e relatos pessoais, como e por quais motivos camponeses da floresta trocaram suas casas das colocações pela vida em grandes comunidades e o que essa mudança acarretou no cotidiano das pessoas.

Da Empresa Seringalista à Reserva Extrativista

O modo de ocupação do território que prevaleceu durante o período de extração do látex das seringueiras, período que abrange desde fins do século XIX até a década de 1990, foi o sistema de colocações.

No início da ocupação pelas populações não indígenas no Alto Juruá, a terra era dividida em

⁴ O Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) é responsável pela co-gestão da Reserva Extrativista, junto com os moradores. Até 2007 era um órgão do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), quando passou a integrar o recém-criado ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), ambos órgãos do Ministério do Meio Ambiente.

⁵ A região da Reserva Extrativista do Alto Juruá localiza-se em uma área de altíssima biodiversidade, em parte proporcionada pela ocupação humana de baixo impacto que contribui para o surgimento de uma maior variabilidade de espécies. Até o início da década de 2000, cerca de 99% do território da Reserva era coberto por floresta (CUNHA & ALMEIDA, 2002)

unidades produtivas que compreendiam as estradas de seringa (caminhos na mata que conectavam as seringueiras dispersas naturalmente), os aparelhos necessários à produção de borracha (o defumador) e a casa do seringueiro (que nesses primeiros tempos era, muitas vezes, apenas uma barraca ou um tapiri: uma casa improvisada com folhas de palmeiras e pedaços de madeira).

Esse modelo de ocupação prevaleceu durante cerca de um século. Ao longo desse tempo os migrantes que foram inseridos nos seringais e seus descendentes desenvolveram um modo de vida próprio, baseado na pluralidade de atividades, e as colocações passaram a compreender também áreas de cultivo e plantações, criações e áreas de caça.

As colocações nas quais trabalhavam os seringueiros estavam sob controle dos patrões que detinham o monopólio da compra e venda de borracha e mercadorias nos seringais e recebiam dos seringueiros uma “renda” pelas estradas da seringa. Os patrões eram quem supostamente tinham a posse da terra, estabelecendo uma relação de arrendador-arrendatário com os seringueiros, que pagavam a ele uma taxa fixa em borracha para explorar anualmente cada estrada de seringa⁶. Via de regra os seringueiros que chegavam ao Alto Juruá permaneciam presos ao patrão por uma dívida difícil ou impossível de pagar e que se iniciava com os custos de viagem do migrante de sua terra natal para o seringal, que eram pagos pelo patrão, e que em muitos casos aumentava com as mercadorias compradas pelo seringueiro ao longo do ano nos barracões também controlados pelo patrão⁷. Os patrões utilizavam-se de violência, em geral com apoio da polícia e do sistema judiciário local, para expulsar seringueiros de seringais no caso de infração das regras, ou para cobranças de dívidas em atraso.

Presos a esse sistema de exploração os seringueiros começam, sobretudo na década de 1980, a organizarem uma luta pela expulsão dos patrões e pelo direito de posse daquelas terras trabalhadas por eles ao longo de décadas (ALMEIDA, 2004).

A luta dos seringueiros culminou, no início dos anos de 1990, com a criação das primeiras Reservas Extrativistas do Brasil. No Alto Juruá, a criação da Reserva Extrativista significou a expulsão dos patrões e o compartilhamento da gestão territorial entre o órgão federal competente, na época o IBAMA, e a associação de moradores, a Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá (ASAREAJ).

⁶ Cada estrada de seringa custava ao seringueiro 33 quilos anuais de borracha. Um seringueiro cortava, em média, de duas a três estradas de seringa, devendo pagar ao patrão 66 ou 99 quilos, respectivamente.

⁷ Os barracões eram construções estrategicamente colocadas nas bocas de rios e igarapés para controlar o fluxo de pessoas e mercadorias pela rede hidrográfica. No barracão os seringueiros compravam mercadorias necessárias ao seu cotidiano e pagavam, no fim do ano, com a borracha que produziam. Os patrões tinham o monopólio tanto da compra da borracha como da venda de mercadorias. Além da renda das estradas e da revenda da borracha, o patrão tinha como lucro a revenda de mercadorias para os seringueiros. Em outras regiões da Amazônia se registrou preços de mercadorias nos barracões até 400% mais caros do que os praticados em cidades como Belém (WOORTMANN, 1998, p.174).

Desde então, os moradores passaram a ser corresponsáveis pela elaboração e cumprimento de regras acerca dos direitos de propriedade e da utilização dos recursos naturais. Dessa maneira, logo após a criação da REAJ, e muito antes de qualquer legislação nacional, os moradores reunidos em Assembleia criaram um *Plano de Utilização*, detalhando quais os modos de uso do território que seriam aceitos (<http://www.ibama.gov.br/resex/ajurua/plano.htm>, acessado em 02/10/2010).

O *Plano de Utilização* tinha por objetivo transformar em lei práticas tradicionais sustentáveis dos moradores e, conseqüentemente, a manutenção dos recursos naturais para gerações seguintes. Dessa maneira, o *Plano de Utilização* aproximou dois discursos distintos: o discurso da tradição local e o discurso do Estado de direito, do código escrito, estabelecendo um ponto de concordância através da gestão dos recursos naturais e do uso regrado do território⁸.

Economia, Política, Educação e o Crescimento das Comunidades

O *Plano de Utilização* tinha suas regras baseadas em um modelo de ocupação territorial e utilização dos recursos naturais típico dos sistemas de colocações, onde prevalecia a dispersão populacional (seguindo a distribuição natural das seringueiras) e a atividade extrativa do látex.

No entanto, em fins da década de 1990 a produção de borracha começa a entrar em declínio no Alto Juruá e isso, mais tarde, levaria a alterações nas formas de ocupação e de utilização do território e dos recursos naturais. Em meados dos anos 2000 era difícil encontrar no rio Tejo, principal afluente do Juruá na região, um morador que ainda produzisse borracha. Todos eles haviam abandonada a extração da seringa e passado a atividades agrícolas e de criação de animais.

O crescimento das atividades agrícolas e de criação como fontes de renda para os seringueiros⁹ acabava com a necessidade da dispersão populacional do modo de vida baseado na fabricação de borracha. Sendo a agricultura e a criação não mais apenas para o consumo doméstico, os moradores calculavam ser mais vantajoso morar nas margens dos rios do que espalhados pelos centros, uma vez que o escoamento dos produtos ficava facilitado.

Assim, durante os anos 2000, muitos seringueiros abandonaram suas antigas colocações e se mudaram para a margem dos rios. No novo local de morada eles não tinham suas estradas de seringa, portanto não estavam “colocados”, ou seja, eles ocupavam a terra em um sistema distinto do modelo de colocações. Começa a ganhar força, então, a noção de comunidade.

*

⁸Seguimos aqui a definição de “população tradicional” defendida por Mauro Almeida e Manuela Carneiro da Cunha (CUNHA & ALMEIDA, 2001). A concordância entre as práticas tradicionais e a legislação é também parte do “pacto” entre população e Estado.

⁹ Apesar da pluralidade de atividades dos seringais eles nunca foram autossuficientes, sempre dependendo da compra de mercadorias externas como sal, munição e querosene.

Até a década de 1980 pode-se afirmar que as políticas públicas para a região visavam o fortalecimento dos seringais e, assim, contribuíam para o aumento de poder dos patrões. A partir de meados da mesma década as políticas públicas deixam de focar única e exclusivamente a produção de borracha e passam a atender demandas por acesso a direitos básicos de cidadão, como saúde e educação¹⁰.

Tais ações foram iniciadas por intermédio da ASAREAJ que, através de apoio governamental, instalou as primeiras escolas, criou o primeiro projeto de saúde na região e realizou o primeiro cadastramento de moradores (ALMEIDA, 1998).

Logo após a criação da Reserva é criado, em 1992, o município de Marechal Thaumaturgo. Desde então, a diretoria da ASAREAJ teve como concorrente por poder e prestígio a prefeitura do município. É importante destacar que a área da Reserva representa cerca de 65% do território de Marechal Thaumaturgo e é estratégica para qualquer plano político na região¹¹.

“Em 1992 é criado o município de Marechal Thaumaturgo, com prefeito, vice-prefeito e vereadores. Em 1994 o conflito da prefeitura e dos vereadores do município com a Associação é absolutamente explícito. O vice-prefeito (e atual prefeito) era delegado de polícia em 89, responsável pelo uso de violência física a Antonio Macedo e Chico Ginu [duas lideranças do movimento dos seringueiros à época] quando da implantação da cooperativa [cuja criação era parte dos trabalhos do Plano de Desenvolvimento Comunitário financiado pelo BNDES e que visava o enfraquecimento dos barracões controlado pelos patrões].”
(COSTA, 1998, p.68)

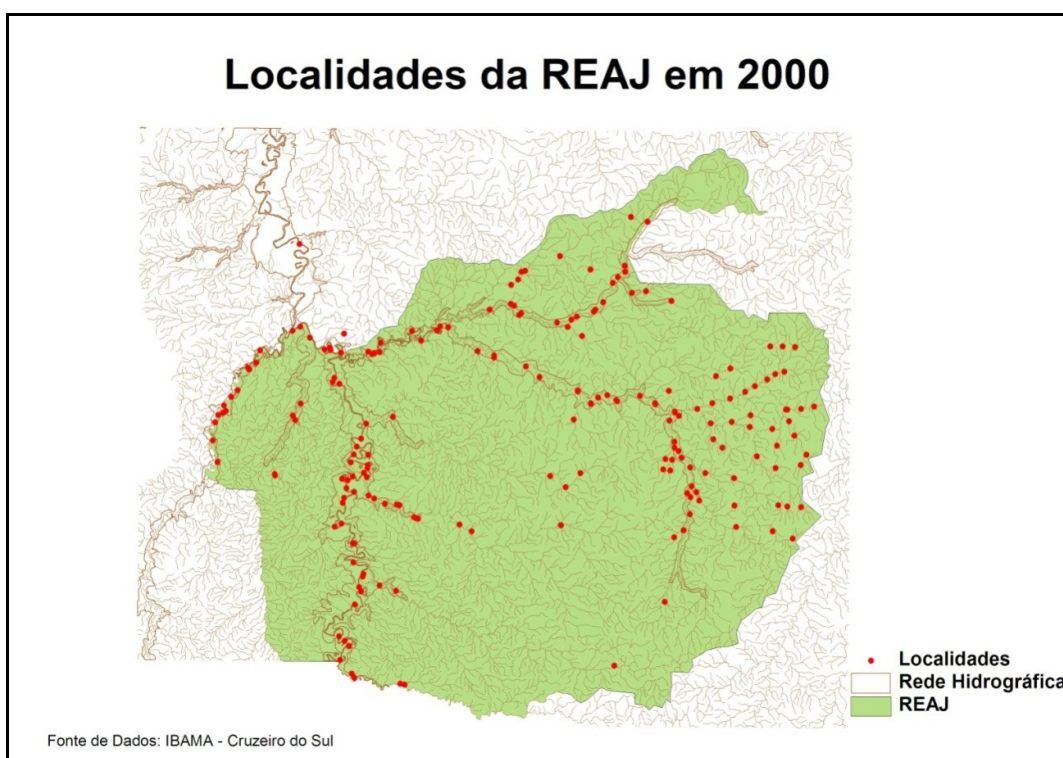
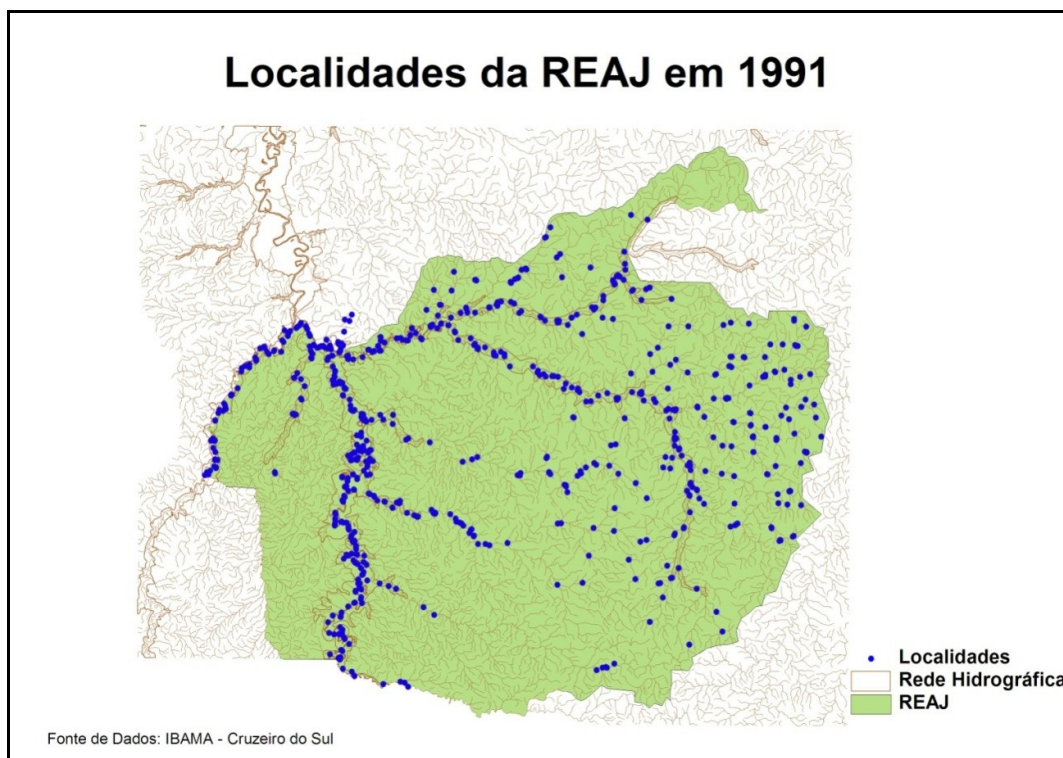
Assim, prefeitura e Associação passam a ser rivais políticos e travam uma queda de braço por prestígio e controle sobre as regras do território. Surge um quadro político complexo em que prefeitura e Associação costumam alianças políticas em diversos níveis, incluindo os governos estaduais e federais (COSTA, 1998).

Essa disputa também tem reflexos sobre a instalação de escolas e postos de saúde na região e em meados dos anos de 1990, a prefeitura passa a implementar escolas dentro da Reserva. Enquanto a Associação havia construído quatro escolas durante os primeiros anos de vida da Reserva (além de algumas outras que funcionavam graças a instalações de moradores), a prefeitura, em 1994, já havia colocado em funcionamento trinta e duas escolas (ALMEIDA, 1998, p.45).

¹⁰ “em 1989 o governo federal passa a financiar ações autônomas dos seringueiros através do Plano de Desenvolvimento Comunitário, elaborado entre CNS [Conselho Nacional dos Seringueiros] e Unicamp [Universidade Estadual de Campinas], nas pessoas de Antonio Luiz Batista de Macedo e Mauro W. B. de Almeida, e aprovado pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Tal plano deu apoio a atividades diversas, dentre elas a compra de mercadorias para diminuir a dependência dos seringueiros aos barracões e aos patrões, e durou até 1992, adentrando o período posterior à criação da Reserva” (REZENDE, 2010, p. 103).

¹¹ Segundo dados do IBGE, a área total do Município de Marechal Thaumaturgo é de 7.744km². Já a área da Reserva Extrativista, segundo dados do ICMBio, é de 5.061,86km².

Quando os moradores começaram a deixar suas colocações espalhadas pela mata, devido ao declínio da borracha, tiveram como opção a possibilidade de garantir acesso à educação para seus filhos e a maioria escolheu como local de morada localidades onde havia escolas de ensino básico, dando início ao crescimento das comunidades. Dados do IBAMA de Cruzeiro do Sul, colocados em mapas, ajudam a visualizar como se deu essa transição na ocupação do território ao longo dos anos de 1990.



A Vila Restauração e os Novos Moradores

Em 2006 foi a primeira vez que visitei a Reserva Extrativista do Alto Juruá. Nesse momento, a presença da prefeitura na área já havia prevalecido sobre a presença da ASAREAJ, que atravessava um momento de crise administrativa e institucional¹². O novo padrão de ocupação do território já predominava, mas ainda estava em processo o abandono das colocações. Desde então, pude acompanhar ao longo dos anos o processo de mudança de vários moradores para uma única comunidade, que se tornou a maior da Reserva: a Restauração.

Localizada às margens do rio Tejo, maior afluente do Juruá na região, a Restauração fica entre a nascente e o meio do curso do Tejo e se encontra bem onde desemboca um de seus principais afluentes, o Riozinho. Com o crescimento rápido durante a última década, o local deixou de ser chamado de comunidade pelos moradores e passou a ser conhecido como *vila Restauração*, o mesmo termo utilizado para se referirem à *vila Thaumaturgo*, a sede do município.

A primeira vez em que estive lá fiquei impressionado com o tamanho do lugar: era maior do que qualquer outra comunidade da Reserva por onde tinha passado. Em janeiro de 2006, a comunidade contava com cinquenta e uma casas. Já em fins de 2009, segundo dados do agente de saúde local, havia na Restauração cento e quatorze famílias.

Foi lá também que se iniciou meu interesse pela questão da urbanização no interior da Reserva. Afinal de contas, qual o motivo para tantas famílias terem ido morar em um mesmo lugar? Em seis visitas entre 2006 e 2010 acompanhei a vida de alguns moradores e coletei dados sobre seus cotidianos tendo por objetivo responder a essa questão.

A partir do relato de dois casos concretos espero mostrar as interconexões que economia, política e vontades pessoais dos moradores têm com a gestão local de recursos naturais.

*

José da Costa Ferreira, conhecido por Bé, e sua família se mudaram para a Restauração em 2003. Saídos da colocação Bom Futuro, localizada em um dos igarapés afluentes do Tejo, ainda tentaram se mudar para a Foz do Tejo, uma comunidade próxima à sede do município, antes de se estabelecerem na Restauração. Quando questionado sobre a história da mudança de

¹² “A história do enfraquecimento da Associação é longa e cheia de detalhes que não serão explorados aqui. [...] Como em qualquer experiência inédita, a gestão da Reserva teve altos e baixos em seus primeiros anos, vide a criação do Plano de Utilização e o fracasso da cooperativa. Porém, no final dos anos 1990 a Reserva elege como presidente Orleir Fortunato, cuja administração é suspeita de desvio de verbas e má aplicação de recursos. Orleir passa a se envolver com a política partidária da região. Mesmo assim, Orleir se reelege [...] e é acusado de desviar recursos da Associação para campanhas políticas de seu partido. Durante seu segundo mandato [a partir de 2005], quando a Associação está endividada e as instituições de governo suspendem o envio de recursos para a ASAREAJ, Orleir é preso por tráfico de drogas do Peru para o Brasil, deixando a administração para o vice-presidente que, na prática, não participava da gestão” (REZENDE, 2010, p.107).

comunidade e os motivos que estavam por trás de tal decisão, Bé afirmou:

“O meu cunhado foi morar lá [no Bom Futuro] junto comigo também, aí foi pra Foz do Tejo e me convidou pra ir pra lá: ‘rapaz, vamos embora pra Foz do Tejo que lá é melhor de a gente viver, a dificuldade diminui mais’, essa dificuldade daqui, lá do Bom Futuro pra Thaumaturgo [a sede do município], às vezes a gente queria fazer, é muito difícil. A gente arrasta muita canoa nesse rio. Ele foi lá e fez a casa. Passou um ano, ele veio e me convidou, daí eu fui. [...] Aí, chegamos lá e passamos cinco meses. Foi até naquele período em que a Bia foi pra São Paulo, 2003. Aí, ela chegou, aí, tinha um trabalho pra fazer aqui [Restauração] de limpeza dos rios e varadouros e eu fui um dos que pegou essa empeleita¹³. Aí, voltei pra cá de novo. Vim fazer esse trabalho. Quando terminei o trabalho, resolvi vir e ficar na Restauração. [...] Aí, eu vim e achei que na Foz do Tejo não ia dar certo. Já tava percebendo que não ia dar certo, porque era muito imprensado, não tinha como a gente se colocar bem colocado, porque lá é terra dos outros já. Aí ficava imprensado e eu achei que não ia dar certo. ‘Rapaz, nós vamos voltar pro Bom Futuro ou pra Restauração’. E nós voltamos, nossas coisas estavam lá no Bom Futuro ainda. Nós voltamos, eu fui deixar minha esposa em casa, lá no Bom Futuro, e fui fazer a empeleita. Terminei de fazer e decidi vir pra Restauração. A minha esposa queria vir e eu fui-me embora. Lá não tinha escola pras minhas crianças estudarem. A escola mais próxima dava uma hora de viagem por terra. [...] E aí nós resolvemos vir. Queria colocar eles na escola. Nós viemos, chegamos aqui, compramos uma casinha dum rapaz que tinha ali, nesse trapicho, bem miudinha a casinha. Aí, fui trabalhar naquela outra casinha que eu construí, aí hoje eu estou aqui”. (José da Costa Ferreira, entrevista, 18/07/2009)

Após salientar a dificuldade de transporte do Bom Futuro para a sede do município, incluindo aí o transporte dos produtos agrícolas, e a vontade de colocar os filhos na escola Bé continuou:

“Porque, tipo assim, a gente morar em centro a dificuldade é muito grande. Na época nós cortávamos seringa, eu cortava seringa, foi até na época que nós produzíamos couro vegetal. Nós negociávamos com uma empresária de Rio Branco, chamada Bia, não sei se você conhece. Ela era nossa patroa e nesse 2003 ela resolveu não comprar mais os produtos que a gente fabricava pra ela, que era o couro vegetal. E aí, nós decidimos sair porque borracha não tinha mais na época, ninguém cortava mais pra fazer borracha, já tinha acabado. E aí, nós decidimos ir pra Foz do Tejo pra ver se lá a gente plantava, criava pra vender com mais facilidade. Porque a gente morar em centro, plantar e criar, o transporte fica mais ruim, né? Na época a gente não tinha motor, não tinha canoa, não tinha nada. Aí, nós decidimos ir trabalhar na agricultura lá. Mas aí não deu certo e a gente voltou pra cá [...]. Quando eu cheguei no Bom Futuro que eu decidi voltar pra Restauração, porque eu

¹³ Sinônimo de empreitada.

achei que aqui dava de a gente morar, aí eu vim e hoje eu estou aqui. [...] Aqui tinha o colégio pras minhas crianças estudarem e a gente ganhava alguma diariuzinha trabalhando na diária". (Idem)

Bé frisa novamente a educação dos filhos como motivo para a mudança para a Restauração e também fala do declínio da borracha como fator primordial para a saída do Bom Futuro.

*

A comunidade Vitória se localiza acima da Restauração, para quem vai subindo o rio Tejo. Em 2006 era a última localidade habitada do rio e contava com cinco casas, todas ligadas por laços de parentesco. Em 2009 já não havia mais ninguém morando no Vitória. Em uma entrevista com Valdecir de Freitas, o último morador a deixar a comunidade, e ter vindo morar na Restauração, coloquei a ele uma questão semelhante à que fiz a Bé: qual o motivo para todos os moradores terem saído do Vitória?

"Pois, sim. O problema que o pessoal saíram mais, assim, foi por causa de escola, que lá não tinha mais estudo, assim, pras crianças estudarem. E também pela dificuldade de tirção de produto, assim. Porque na época, no tempo em que a seringa dava dinheiro, muito dinheiro, né? Aí, a pessoa era só fazer borracha e atirar na água de qualquer jeito mesmo, só com a corda amarrada, né? Podia vim só arrastando [pelo rio] a corda assim. Aí, quando chegava era só tirar de dentro da água e estava boa do mesmo jeito. E o preço ficou assim uma coisa sem valor, aí, foi preciso se envolver com feijão, com arroz, com farinha até, pra trazer. Aí, muitas vezes, as pessoas traziam aquele produto, chegava tudo molhado. Nas cachoeiras se precisa tirar do barco, botar acolá, poder passar o barco, poder colocar dentro de novo. E nesse tira e põe de novo, chegava com o saco todo furado, tinha muitas vezes que molhava o produto, a farinha, essas coisas assim. Aí, o pessoal saíram esvanecendo, devido à distância e ao trabalho. Se fosse um rio que navegava, que pegasse o produto lá e colocasse e viesse até o local certo. Só que a dificuldade das cachoeiras, que o cara põe, aí, tira, embarca de novo. Chega com o produto todo mal organizado. Aí, o pessoal foi esvanecendo. E também a despesa [de transporte] grande, também". (Valdecir de Freitas, entrevista, 18/07/2009)

Na fala de Valdecir problemas que me haviam sido apresentados por Bé retornam. A que da borracha e a dificuldade de transporte dos produtos agrícolas a partir das comunidades mais afastadas e a vontade de colocar os filhos na escola são lembrados como primeiros fatores responsáveis pela mudança.

No entanto, Valdecir também enxerga aspectos negativos em sua mudança para a Restauração. O principal deles é quando compara a alimentação que tinha quando morava na colocação e a alimentação que tem na Vila.

“Porque lá em cima não faltava o rancho de jeito nenhum e aqui falta mesmo. Lá em cima, eu vinha aqui, trazia um produto, vendia aqui, aí comprava [trecho incompreensível] pra casa, aí sobrava um pouquinho e levava pra lá. Aí passava de três meses assim. Cinquenta reais eu levei, aí sobrava assim um pouquinho. Eu levava cinquenta reais, estava lá, passava três meses e não mexia com ele. Não tinha precisão. Não tinha onde gastar mesmo. Só éramos nós lá mesmo. Agora, aqui consegue duzentos reais, uma semana, duvido, que não tem mais. É preciso comprar de tudo, né? Só não a farinha, que a farinha nós estamos trazendo de lá ainda, mas outras coisas, até o negócio da carne tem que comprar aqui, que não tem, que é meio difícil [encontrar animal para matar] na mata” (Idem)

Ao relatar os problemas que estava enfrentando para se estabelecer na Restauração, Valdecir cita a dificuldade em conseguir alimento como o principal deles. Ele cresceu vivendo no sistema das colocações, onde toda mercadoria comprada vinha dos barracões e era paga em borracha e os alimentos plantados ou coletados na mata, e veio para a Restauração sem ter um emprego, ou seja, sem acesso direto a renda¹⁴.

Para poder avaliar a mudança na alimentação sugerida por Valdecir, recorri a um material que vem sendo produzido por um grupo de moradores da Reserva desde 1994 e que contem relatos diários sobre as condições de vida: os diários de monitoramento socioambiental¹⁵. Comparando dados de caça de dois moradores, um do Vitória e outro da Restauração, procurei as variações na obtenção de carne de animais silvestres de modo a confirmar a diminuição de carne sentida por Valdecir¹⁶.

A comparação foi feita tendo por base os diários de Francisco Elenilton dos Santos, cunhado de Valdecir que à época morava no Vitória, e Alcir de Freitas, irmão de Valdecir que mora na Restauração. Ambos os diários traziam dados para o ano de 2006.

O diário de caça de Elenilton tem registros do dia 25 de janeiro de 2006 até o dia 21 de outubro de 2006, totalizando um período de informação de 270 dias. Durante esse período houve 75 eventos de caça, entre caçadas e vizinhança recebida¹⁷. Em média, a cada 3,6 dias algum evento de caça

¹⁴ Em 2006, havia vinte e três aposentados na comunidade, além de trinta e nove funcionários que trabalhavam na escola, oito no posto de saúde, dois como agentes de saúde, e nove na subprefeitura. Isso significava um grande montante de dinheiro em circulação em um local em que, dez anos antes, a compra de mercadorias era feita direto nos barracões em troca de borracha.

¹⁵ Cada caderno trata de um tema específico (dentre caça, pesca, agricultura, consumo doméstico/alimentação, além de diários sobre cotidiano), sendo que cada “monitor socioambiental” fica a cargo da escrita sobre um ou dois desses temas. Atualmente existem 946 desses cadernos arquivados no Centro de Estudos Rurais (CERES/IFCH/Unicamp), referentes ao período entre 1994 e 2007.

¹⁶ A refeição para os moradores do Alto Juruá só é completa se tem farinha, carne e caldo. Arroz, feijão, macarrão e demais alimentos são considerados “mistura”, ou seja, são secundários.

¹⁷ Estou considerando como evento de caça toda ocorrência registrada nos diários de algum caçador do grupo de vizinhança que sai para caçar, sendo bem sucedida ou não a caçada. Como grupo de vizinhança, entendo um grupo de casas conectadas que troca entre si constantemente parte da carne da caça abatida (cf. CUNHA & ALMEIDA, 2002, p.313). A vizinhança é uma prática tradicional entre os moradores do Juruá em que se estabelece entre algumas residências a troca de alimentos, sobretudo de caça e pesca. Quando se mata uma caça ela é repartida entre uma rede de casas que retribuem em outras ocasiões.

ocorria, seja Elenilton saindo para caçar ou o recebimento de carne de algum dos vizinhos. Excluindo os peixes pescados ao longo do ano e incluindo os animais que Elenilton criou e matou, a quantidade média de carne que a família consumiu nesses 270 dias foi de 1,8kg de carne por dia¹⁸.

O diário de Alcir cobre o período entre 1 de fevereiro de 2006 e 18 de agosto de 2006, totalizando 199 dias. Durante esse período, o diário registra 63 eventos de caça. Em média, a cada 3,16 dias ou Alcir ia caçar, ou recebia carne de vizinhança.

O primeiro ponto a que chegamos com essa comparação é que Alcir e seu grupo de vizinhança se ocuparam mais com atividades de caça durante o período do que Elenilton e seu grupo de vizinhança. A tabela abaixo também mostra como o número de animais abatidos também foi diferente.

Tabela 1: Animais Abatidos por Diário de Caça

Animal	Diário Elenilton	Diário Alcir
<i>Anta</i> (<i>Tapirus terrestris</i>)	1	0
<i>Caititu</i> (<i>Tayassu tajacu</i>)	22	7
<i>Cutia</i> (<i>Dasyprocta fuliginosa</i>)	6	5
<i>Guariba</i> (<i>Alouatta seniculus</i>)	7	0
<i>Jaboti</i> (<i>Geochelone</i>)	3	5
<i>Jacamim</i> (<i>Psophia leucoptera</i>)	0	1
<i>Jacaré</i> (<i>Alligatoridae</i>)	1	1
<i>Jacu</i> (<i>Penelope jacquacu</i>)	4	1
<i>Macaco</i> (<i>diversas espécies</i>)	4	2
<i>Nambu</i> (<i>Tinamidae</i>)	2	6
<i>Paca</i> (<i>Agouti paca</i>)	13	10
<i>Quatipuru</i> (<i>Scirius spp</i>)	2	8
<i>Queixada</i> (<i>Tayassu pecari</i>)	21	19
<i>Tatu</i> (<i>Dasypus, Cabassous</i>)	2	8
<i>Tucano</i> (<i>Ramphastidae</i>)	0	2
<i>Veado</i> (<i>Masama sp</i>)	14	7
TOTAL	102	82

Considerando que o diário de Elenilton cobre um período maior de dias, o número de animais caçados a mais não chega a ser tão significativo, pois é praticamente proporcional ao número de dias a mais que são relatados. No entanto, se fizermos uma conta considerando apenas as “caças grandes” ou apenas as “embiaras”, os dados mostram distintas situações.

Os animais aqui chamados de “caça grande” são aqueles de maior porte e considerados pelos

¹⁸ Elenilton informa em seu diário quantos quilos pesou cada animal abatido

moradores do Alto Juruá a “caça” por excelência. São o caso da anta, do caititu, do queixada e do veado. Os demais animais são considerados “embiaras”, animais de pequeno e médio porte. É importante ressaltar que há uma predileção dos moradores pelo abate de “caças grandes” (CUNHA & ALMEIDA, 2002, p.315).

Dividindo os registros de caça dos diários entre esses dois grandes grupos, Elenilton registrou 58 ocorrências de “caça grande” e 44 de “embiaras”. Já Alcir registrou 33 ocorrências de “caça grande” e 44 de “embiaras”. Dividindo esses números pelo número de dias descritos nos diários, chegamos aos seguintes dados:

Tabela 2: Ocorrência de Animais por Diário de Caça

Dados dos Diários de Caça	Diário Elenilton	Diário Alcir
Número de animais por ocorrência de caça nos diários	1,4	1,3
Número de “caça grande” por ocorrência de caça	0,8	0,5
Número de “embiaras” por ocorrência de caça	0,6	0,8
Porcentagem de ocorrências de “caça grande”	57%	40%
Porcentagem de ocorrências de “embiaras”	43%	60%

Apresentando os dados dessa maneira, fica evidente a diferença na ocorrência de tipos de caça entre os diários de um morador do Vitória e de um morador da Restauração. Uma das hipóteses para explicar a variação é a quantidade de moradores que caçam nas matas do entorno das comunidades. Enquanto, em 2006, o Vitória tinha cinco casas, a Restauração tinha mais de cinquenta. A pressão sobre os recursos na área do entorno da Restauração é muito maior, pois há muito mais gente caçando nessa região, o que acaba também por afastar as caças para longe, porque estas, segundo os moradores, “ficam mais brabas” acuadas com o barulho das espingardas e dos cachorros utilizados por alguns caçadores, fugindo para outros lugares onde a ação humana é menor.

Mas não é só na caça que os moradores da Restauração sentem o problema do inchaço da comunidade. Os moradores também têm enfrentado problemas com a destinação do lixo das cerca de cento e vinte casas da comunidade¹⁹. Após a criação de um aterro para o lixo, perceberam que um curso da água que passava próximo estava sendo contaminado. O mesmo acontece com o igarapé que corta a comunidade. Por estar localizado em uma baixada, é lá que estão os banheiros e fossas dos moradores. O igarapé não suporta a quantidade de resíduos despejados nele e já não há mais peixes no trecho que passa pelo miolo da vila.

¹⁹ Além dos problemas com o uso dos recursos naturais, a aglomeração de pessoas traz também mudança nas formas de sociabilidade e, em muitos casos, isso leva a intrigas entre vizinhos (cf. REZENDE, 2010)

Políticas Públicas e Impactos Ambientais

A aglomeração populacional da Restauração trouxe para o cotidiano dos moradores da Reserva impactos negativos, não condizentes com uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável e típicos de contextos urbanos: diminuição nos recursos naturais para alimentação, concentração excessiva de lixo e resíduos e degradação de ambientes. O estudo sugere que essa aglomeração ocorreu devido a uma combinação de fatores econômicos, políticos e sociais e que há uma relação direta entre políticas públicas e os impactos ambientais.

Como vimos, a crise da borracha foi um dos fatores essenciais para o abandono das colocações. Sem um subsídio governamental que garantisse a produção contínua, os moradores se mudaram para a margem do rio para poderem facilitar o escoamento de sua nova produção, baseada na agricultura e na criação de animais. Comparados com a extração de seringa essas atividades são muito mais nocivas à floresta, sobretudo quando a criação escolhida é o gado, caminho seguido pela maioria dos moradores²⁰. Com essa nova produção, os impactos ambientais foram maiores e a cobertura florestal da Reserva diminuiu se comparada com períodos anteriores, quando agricultura e criação de animais eram praticadas, mas quando a borracha ainda era a principal atividade produtiva. Isso sugere que o pagamento governamental de subsídio para a floresta, mais do que uma proteção para uma classe de trabalhadores nacionais, é uma forma de manutenção da floresta e de pagamento por serviços ambientais prestados por seringueiros.

Tabela 3: Dados de População REAJ

Ano	Casas	Habitantes	Hab/Casa	Hab/km²
1991	857	5387	6,29	1,06
1996	639	4092	6,4	0,81
2005	1163	4677	4,02	0,92

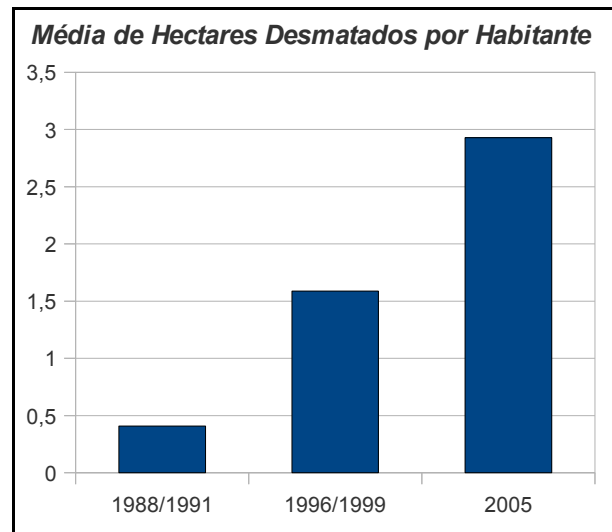
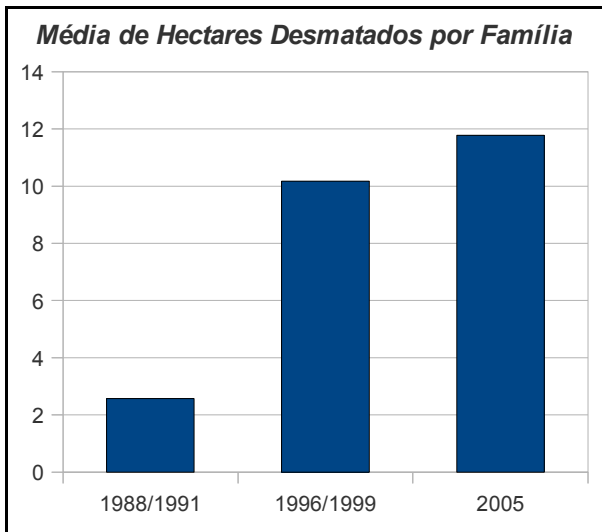
Dados: Banco de Dados CNPT/IBAMA - Cruzeiro do Sul; ALMEIDA, 1998.

Tabela 4: Área de Desmatamento da REAJ

Ano	Desmatamento (km²)	Porcentagem do Território
1988	22	0,42%
1999	65	1,23%
2005	137	2,59%

Fonte: SOUZA, 2006

²⁰cf. PANTOJA, 2009.



Cruzando-se os dados disponíveis sobre população e desmatamento²¹, tem-se que o desmatamento na Reserva aumentou significativamente após a sua criação, muito embora o volume da população não tenha sofrido variações proporcionais. Essa variação se dá por conta da mudança no padrão das famílias, que agora têm menos filhos. Há mais famílias e menores e a área de desmate por família também teve ligeira alta. Mais do que um problema de volume populacional o desmatamento deve ser creditado a outros fatores como modos de vida, ocupação e produção e, para a análise de impactos ambientais, é preciso levar em conta também a dispersão populacional e modos de produção e consumo.

Para se levar em conta esses aspectos é impossível, no caso recente da REAJ, não passar pelos temas da gestão territorial e das políticas públicas que incidiram sobre a região. Após o enfraquecimento da ASAREAJ a presença da prefeitura no interior da Reserva aumentou paulatinamente, sendo que em duas localidades, na Restauração e na Foz do Breu, se instalaram subprefeituras, com subprefeito e diversos funcionários responsáveis por ordenar a ocupação dessas duas vilas que surgiram na Reserva.

Na Restauração, a subprefeitura demarcou lotes de seiscentos metros quadrados e os distribuiu para moradores que vinham de outras comunidades. Essa prática ia contra várias regras estabelecidas no *Plano de Utilização*. Em primeiro lugar, a prefeitura não tem poder sobre a distribuição de terras na Reserva. Não existe no *Plano* nenhuma possibilidade de demarcação de lotes: a unidade produtiva e de morada é a colocação. Não foi respeitado o princípio de que um morador que mude de uma comunidade para outra deva pedir aos novos vizinhos autorização para estabelecer residência ao lado deles.

Isso sem falar no fato de que, sem estradas de seringa na região, pelas regras do *Plano de*

²¹ A média de desmatamento ainda está dentro do limite de quinze hectares estipulado pelo *Plano de Utilização*.

Utilização, os moradores não teriam direito a retirar madeira nas proximidades para construir suas novas casas, exceto com autorização dos donos das colocações, os antigos moradores. Na prática, foram desrespeitadas as regras de gestão e a prefeitura realizou, mesmo que indiretamente, um ataque ao direito tradicional dos moradores a mais tempo colocados na Restauração e também ao pacto realizado entre população e Estado que previa outra forma de uso do território.

O que acelerou profundamente a ida desses novos moradores para a Restauração e a distribuição de lotes pela prefeitura foi um programa federal que financiava a construção de casas. Conhecido localmente como “crédito-moradia”, o programa do INCRA oficialmente chamada *Crédito Instalação* foi o incentivo que faltava aos moradores para se mudarem para grandes comunidades, já que outras políticas incentivaram a aglomeração populacional.

Como estratégia de levar serviços básicos de cidadão a grande parte dos moradores os governos municipais e estaduais concentraram o atendimento médico, a educação de Ensino Médio e a presença de geradores comunitários de energia elétrica em algumas poucas localidades e incentivaram a mudança dos moradores para esses locais. Dessa forma, assim que tiveram condições de construir uma nova casa, os moradores não titubearam e escolherem comunidades privilegiadas por esses serviços pois avaliavam que lá teriam melhores condições e vida.

Durante esse período de maior intensificação no crescimento das comunidades a ASAREAJ estava completamente desarticulada e o CNPT, responsável pela cogestão e localizado em Cruzeiro do Sul, não tinha atuação presente na Reserva.

Organização Local e Gestão de Recursos

Não há dúvida que políticas para levar escolas, atendimento de saúde, energia elétrica, moradia e outros benefícios para os moradores do Alto Juruá são objetivos previstos na proposta inicial da Reserva Extrativista. No entanto, a forma como políticas públicas foram levadas para a REAJ e também a maneira como a prefeitura passou a atuar em seu interior foram determinantes para os desdobramentos aqui descritos.

Além do objetivo de melhorar as condições de vida dos moradores, havia um segundo objetivo no projeto das Reservas Extrativistas, que era a conservação da natureza. O caso da Restauração mostra que esses dois objetivos não andam separados e devem ser pensados simultaneamente, pois a realização de um depende da do outro, necessariamente.

Se os moradores estavam interessados em melhores condições de educação e saúde e em arrumar uma alternativa produtiva frente à queda da borracha, cabia à ASAREAJ, ao CNPT e aos governos municipal, estadual e federal darem subsídios para que as necessidades se convertessem em conquistas reais, que estivessem de acordo com a razão de ser da Reserva Extrativista. No entanto, a inoperatividade de alguns desses órgãos e a falta de coordenação entre

o trabalho de outros levou a uma situação nunca presenciada e nem desejada para uma unidade de conservação.

Havia leis e regras, pautadas pelo uso tradicional e sustentável do território e dos recursos, que foram ignoradas pelo poder executivo em suas mais diversas instâncias. Ao mesmo tempo, o CNPT abandonou o apoio aos “fiscais colaboradores” locais, programa no qual moradores da Reserva ajudavam na fiscalização e cumprimento das regras de gestão.

O caso da ação da prefeitura na Restauração mostra como, dentro da Unidade de Conservação, se chegou a um padrão urbano de ocupação, baseado na demarcação de lotes e propriedade privada e que coloca em xeque as regras elaboradas pelos moradores em assembleias. Sem apoio da própria ASAREAJ e do órgão responsável pela cogestão para barrar tais ações, e sem perspectivas de manutenção ou alternativas viáveis ao seu antigo modo de vida, os moradores do Alto Juruá seguiram um caminho de adensamento populacional em determinadas áreas, incentivados por políticas públicas, e de escasseamento de recursos no entorno das mesmas.

Os resultados da pesquisa também apontaram para um conflito entre modos distintos de pensar a gestão territorial entre os próprios moradores da *vila* Restauração. De um lado se encontravam aqueles que se apegavam a um código legal baseado no uso tradicional do território, o *Plano de Utilização da Reserva Extrativista do Alto Juruá*. De outro lado estavam moradores de outros lugares do estado ou do país (médico, enfermeiros, professores, pastores) que se instalaram ali para prestar serviços à população e que entendiam ser a Reserva um entrave ao desenvolvimento²².

Assim, o pacto entre população e Estado para a criação da Reserva Extrativista não têm sido cumprido rigorosamente por nenhuma das partes. As mudanças ocorridas na Restauração podem ser creditadas a distintos fatores, dentre eles: o abandono quase completo da produção de borracha, a necessidade das famílias de encontrarem outra atividade produtiva, a vontade de ter acesso a bens e serviços, as políticas públicas, o contexto político local, a ausência dos órgãos administrativos, tudo isso se articulou de uma maneira específica que resultou na atual conjuntura.

O que a conclusão do estudo sugere é que a gestão territorial bem-sucedida é possível desde que se leve em conta nas políticas públicas os pontos de vista e práticas locais, envolvendo a população diretamente na gestão dos recursos e dando apoio à organização local. É preciso haver apoio às organizações locais para que possam gerenciar a unidade de conservação.

A ideia de que os atores agem sempre em busca da otimização de suas ações e da obtenção máxima de lucro não condiz com a realidade do Alto Juruá, muito embora essa maneira de pensar tenha crescido ao longo dos anos. Há diversas opiniões e práticas entre os moradores e foi a falta

²² Essa opinião ganha cada vez mais força dentro da REAJ. Muitos exemplos de discordância de pontos de vista entre os moradores acerca da gestão do recurso se encontram em minha dissertação de mestrado (REZENDE, 2010)

de espaços de debate e organização que levou a uma situação de acesso aberto e descontrolado aos recursos, uma vez que prevaleceu a presença da prefeitura como administradora da região da vila, função que deveria ser dividida entre ASAREAJ e CNPT.

Em determinado momento de sua história os moradores se organizaram e, com apoio governamental, estabeleceram regras de gestão e iniciaram a implementação de programas de educação e saúde. É preciso considerar a disputa entre prefeitura e ASAREAJ, a crise da borracha e o abandono do apoio direto à população antes de tirar qualquer conclusão precipitada sobre a inabilidade de moradores tradicionais para gerenciar de maneira eficaz seus territórios e os recursos nele presentes. Foram políticas públicas descoordenadas que fecharam alguns rumos e possibilidades e abriram outros para os moradores. Se a gestão territorial passa por um momento delicado, ele também é induzido por políticas erradas.

Negar que a população não é incapaz de gerenciar recursos não é o mesmo que afirmar que ela à capaz de fazê-lo sem apoio governamental. Sem a participação planejada do Estado na gestão territorial a organização local não consegue funcionar.

Das últimas vezes em que visitei a Reserva foi para trabalhar com a elaboração do *Plano de Manejo Participativo*, dando apoio a Augusto Postigo, consultor do Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade. Durante os trabalhos foram organizadas reuniões em cada comunidade da Reserva e discutidas a situação atual e as regras de gestão. Os resultados obtidos nesse trabalho até agora têm sido muito positivos e promissores e mostram como, com apoio, as comunidades podem se organizar para debater sobre sua situação atual e planejar a gestão futura de maneira melhor.

Bibliografia

ALMEIDA, M. W. B. de. *Rubber Tappers of the Upper Juruá River: The Making of a Forest Peasantry*. PhD Thesis: University of Cambridge, 1992

ALMEIDA, M. W. B. de (coord.) *Plano de Desenvolvimento da Reserva Extrativista do Alto Juruá*, versão digital em pdf [não publicado], 1998

ALMEIDA, M. W. B. de; PANTOJA, M. C. “Justiça Local nas Reservas Extrativistas”. *Raízes*. v. 23, n. 1-2, p. 27-41, Campina Grande, 2004.

COSTA, E. L. *Da Patronagem à Associação: poderes em disputa na Reserva Extrativista do Alto Juruá, Acre*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Campinas: Unicamp, 1998.

CUNHA, M. C. da & ALMEIDA, M. W. B. de. “Populações Tradicionais e Conservação” In CAPOBIANCO, J. P. R. (org). *Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*. São Paulo: ISA/Estação Liberdade, 2001

HARDIN, G. "The Tragedy of the Commons," *Science*, 162:1243-1248, 1968.

OSTROM, Elinor. “Coping with tragedies of the commons”. *Annu. Rev. Polit. Sci.* 2:493–535, 1999.

PANTOJA, M. C; COSTA, E.; POSTIGO, A. “A presença do gado em Reservas Extrativistas: algumas reflexões”. *Caderno Pós Ciências Sociais*. v.6 n.12 jul/dez, São Luis/MA: UFMA, 2009.

REZENDE, R. *Das Colocações à Vila: processos de urbanização no Alto Rio Tejo, Acre*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Campinas: IFCH/Unicamp, 2010.

SOUZA Jr, C.[et al]. Relatório Final “Mapeamento da Cobertura Florestal da Região do Juruá no Estado do Acre”. *SOS Amazônia e Imazon*, disponível em www.sosamazonia.org.br/rmcf_jurua.pdf, 2006.

WOORTMANN, E. “Família, mulher e meio ambiente no seringal” In NIEMEYER, A. M. de. e GODOI, E. (orgs). *Além dos Territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas: Editora Mercado das Letras, 1998.